



# III Encontro de Economia Universidade Estadual de Ponta Grossa

Vagner Przybysewski, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vagner-hon@hotmail.com

**Área de Submissão:** Crescimento, Desenvolvimento Econômico.

**Classificação JEL:** j0.

## I. **Condição de pobreza dos jovens brasileiros e sua inserção no mercado de trabalho**

**Resumo:** Existe uma grande dificuldade na inserção dos jovens pobres brasileiros no mercado de trabalho ao longo do contexto econômico brasileiro, principalmente nos segmentos dos jovens não homens e não brancos. Dificuldades essas que são fundamentadas na precoce inserção no mercado, com baixa experiência profissional e baixa escolaridade. Observando os dados da PNAD de 2001 e 2014, se constata uma queda dos jovens pobres Economicamente Ativos (EA). E mesmo com um pequeno aumento na escolaridade média e na inserção no mercado de trabalho formal, a desigualdade entre essa parcela da população com as demais, ainda continua muito expressiva, necessitando de políticas públicas mais eficazes para o combate a pobreza e voltadas para as necessidades básicas desses jovens.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Jovens; Pobreza.

**Abstract:** There is great difficulty in inserting the Brazilian poor in the labor market throughout the Brazilian economic context, especially in the segments of young men and non-whites. These difficulties are based on early insertion in the market, with low professional experience and low schooling. Looking at the 2001 and 2014 PNAD data, there is a drop in the economically active poor (EA). And even with a small increase in average schooling and insertion in the formal labor market, the inequality between this part of the population and the others still remains very significant, necessitating more effective public policies to fight poverty and geared to the needs Of these young people.

**Key-words:** Job Market; Young; Poverty.

## II. Introdução

A população jovem brasileira vem ganhando grande importância nos contextos sociais e econômicos nas últimas décadas, decorrente disto está se evidenciando cada vez mais as necessidades e dificuldades dessa parcela da população na inserção no mercado de trabalho brasileiro. Sendo a parcela mais pobre desse segmento da população, segundo vários estudos na área, a que se apresenta mais vulnerável e com maiores dificuldades em se adaptar aos constantes desdobramentos socioeconômicos brasileiros. Sendo considerado jovens todas as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013). Em 2014, cerca de 19% da população se encaixava nesta faixa etária (PNAD, 2014). Ademais, de toda a população ocupada, cerca de 27% eram jovens.

Tendo essas grandes dificuldades como fonte mais significativa as políticas de reestruturação do país decorrentes da década de 1990, onde o Brasil passou por uma crise estrutural, diminuindo o crescimento econômico e aumento do quadro de desemprego da população. Na década de 2000, políticas mais específicas foram conduzidas tentando minimizar os problemas de inserção desse grupo. Tendo isso em vista esse trabalho analisa o mercado de trabalho dos jovens brasileiros inseridos na condição de pobreza, sendo definido pelo IBGE a parcela da população que ganha menos de  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo per capita, nos anos de 2001 e 2014, e seus principais gargalos. Essa inserção no mercado de trabalho constitui um dos principais desafios das políticas públicas voltadas para a população mais jovem do país. Buscando reverter o baixo grau de escolaridade e os altos índices de violência que afetam principalmente a parcela entre 15 e 24 anos dos jovens em situação de pobreza.

A situação dos jovens no país é intensificada pela baixa escolaridade média, que o inibi muitas vezes de adentrar em atividades com maior remuneração, dificultando a sua entrada no mercado de trabalho formal. Além disso, sobretudo no caso das famílias mais pobres, ingressa-se prematuramente no mercado de trabalho, estabelecendo um círculo vicioso da pobreza (GUIMARÃES E ALMEIDA, 2013).

Em busca de contornar ou amenizar essa ampla gama de problemas oriundas da parcela mais pobre dos jovens brasileiros, o governo terá que intervir visando o auxílio por meio de políticas públicas e a criação de órgãos governamentais específicos para essa parcela da população. Buscando diminuir as diferenças sociais e dando uma perspectiva de futuro para esses jovens muitas vezes marginalizados da sociedade brasileira.

Será abordado brevemente o conceito de mercado de trabalho ao longo da história. Então com base de pesquisas em trabalhos na área será formulado serão evidenciados as principais características e dificuldades na inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho e as respectivas ações governamentais com o intuito de inibir essas dificuldades. Então será elaborado um quadro teórico sobre a juventude e o mercado de trabalho. Mensurando percentual de jovens inseridos na condição de pobreza que estavam no mercado de trabalho formal e informal, segundo raça, escolaridade e região e como conclusão será analisado as alterações da inserção no mercado de trabalho dos jovens entre 2001 e 2014.

### **III. Revisão de Literatura**

#### *MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS*

O significado do Mercado de Trabalho ou o significado de trabalho propriamente dito, vem sendo amplamente discutido desde os primórdios da humanidade. Segundo Pereira (2016), desde a antiguidade Grega e Romana já se via uma relação do homem com a natureza, evidenciando aspectos de trabalho. Sendo esta sociedade Grega e Romana baseadas no trabalho escravo.

Posteriormente tem-se os da Idade Média onde o trabalho ao decorrer do tempo passou a ser servil. Com o fortalecimento da burguesia deslocou-se o trabalho no campo para as cidades, consequência da Revolução Industrial, ocorrida no final do século XIII e começo do século XIX. Conforme destaca Rossato (2001), os capitalistas detentores dos meios de produção passaram a ditar um novo ritmo ao trabalho, que deixou de ser artesanal e passou a ser assalariado. Com esse novo sistema econômico passa-se a ter uma maior interação entre o mundo, em que a globalização ganha cada vez mais força e com isso o acesso a informações e a facilidade em se organizar passa a ser maior.

Segundo Oliveira e Piccinini (2011, p.1) uma das interpretações que se pode concluir, tendo em vista o mercado, é:

A compreensão predominante sobre o mercado de trabalho está inevitavelmente impregnada dos pressupostos presentes no vocabulário mais usual, em que prevalece a visão de um "lugar" (eventualmente abstrato) onde o conjunto de ofertas e de demandas de emprego se confrontam e as quantidades oferecidas e demandadas se ajustam em função do preço, isto é, dos salários no mercado de trabalho.

## *OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO*

Segundo Andrade (2008, p. 26) a inserção dos jovens no mercado de trabalho é um símbolo de ingresso na sua vida adulta. Tendo cada vez mais dificuldade e maior instabilidade nessa inserção, devido a fatores sociais e econômicos, e como a grande necessidade de experiência e qualificação no mercado. Corroborando com essa ideia Guimarães (2004, p. 12) destaca a importância que o trabalho assumiu na formação de uma identidade na vida dos jovens, sendo essa inserção por escolha própria ou por necessidades socioeconômicas e conjunturais.

A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho vem sendo amplamente debatida e analisada por vários intelectuais e por órgãos governamentais do Brasil. Como destacam a maioria dos autores em seus trabalhos, como por exemplo, Andrade (2008), Cunha, Araújo e Lima (2011, p. 386), Pochmann (2000, 2004), os principais fatores que determinam a inserção do jovem no mercado são a sua idade, a sua escolaridade e a sua experiência profissional. Quanto menor for a esses fatores, maior serão as dificuldades na inserção no mercado e menor será a estabilidade nos empregos adquiridos. Principalmente entre a faixa etária dos 15 aos 24 anos, entre as mulheres, devido a sua jornada dupla entre o emprego e a vida doméstica, jovens negros e de periferias. Maior será o grau de rotatividade e menor será o nível dos salários atribuídos aos postos de trabalhos que são preenchidos nesses segmentos.

Essa grande dificuldade dos jovens em relação a introdução no mercado de trabalho tem como uma das suas principais origens segundo Aquino (2009, p. 27), Gonzalez (2009) e Pinheiro et al. (2016, p. 8), na “crise do emprego” que atingiu o Brasil, juntamente com uma grande recessão, na década de 1990, oriunda também de uma crise internacional, que prejudicou toda a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Teve um peso maior sobre a população jovem, que estava em busca do seu primeiro emprego, que vivenciou uma elevada taxa de desemprego e precisou se submeter a um mercado de trabalho com cargos mais precários e instáveis.

Olhando mais profundamente na classe social dos jovens com menos de meio salário mínimo, existem algumas parcelas dessa amostra que ganham um destaque ainda mais negativo que o restante, como já destacado em algumas passagens acima. Segundo Cruz, Souza e Souza (2003, p. 5) a faixa etária entre 15 e 24 anos, as mulheres, os negros e pardos e os imigrantes possuem uma dificuldade maior em se inserir no mercado de trabalho e obter uma certa estabilidade em seu cargo, quando conseguem obtê-lo. Tendo uma desigualdade em relação aos demais segmentos de jovens

muito mais expressiva, convivendo com uma discriminação muito maior e com uma repressão de seus direitos constante.

Nesse contexto segundo Guimarães (2004, p. 12) se muda a visão do primeiro emprego, que seria a de passagem para a vida adulta, uma obtenção de status diante a sociedade, e se passa a ter a necessidade de suprir as suas demandas individuais e familiares. Como Aquino (2009) destaca, a população jovem menos favorecida é levada a uma inserção precoce no mercado de trabalho, sem qualificação e sem direitos, com empregos e salários muito inferiores aos adquiridos por uma classe mais alta, que pode adiar a sua “passagem para a vida adulta”, depois de obter uma melhor qualificação educacional e estrutural.

Para Pochmann (2004, 2007), devesse principalmente a essa deficiência educacional e aos elevados índices de violência, a precária situação da população mais jovem e pobre do Brasil. Pochmann, atribui principalmente a responsabilidade dessa situação educacional aos sistemas de ensinos ultrapassados e com baixos investimentos dos órgãos públicos, e também destaca a alta evasão escolar devido à violência presente no cotidiano desses jovens. Fazendo com que seus empregos sejam altamente instáveis e conseqüentemente sem grandes chances de se desenvolver dentro desses. Outro fato preocupante seria a redução da capacidade do setor informal em absorver a mão de obra juvenil. Fato grave este, pois o mercado informal muitas vezes seria a porta de entrada para os jovens no mercado de trabalho. Acaba atribuindo grande responsabilidade as políticas governamentais, que são ineficientes em suprir as demandas reivindicadas por essa nova parcela da população.

Camarano, Kanso e Mello (2006, p. 99) frisam o fato de que uma escolaridade mais elevada “atualmente não é mais suficiente para assegurar uma inserção formal no mercado de trabalho e uma posição mais confortável na escala social”. Sendo essa escolaridade o mínimo que o indivíduo necessita para almejar uma ascensão e estabilidade social. Também se destaca o fato da taxa crescente de participação no mercado de trabalho e na escolaridade entre as mulheres jovens, tendo um crescimento maior em relação aos homens. Na grande maioria das vezes os jovens, tanto homens quanto mulheres, e principalmente essas, são forçados a estudar e trabalhar ao mesmo tempo como destacou Pochmann (2004, p. 5), seja para sustento do próprio estudo ou para sustento das suas famílias, prejudicando ainda mais a qualidade do seu ensino.

Como destacam também Castro e Abramovay (2002) a questão da violência e discriminação, não só racial mais também por classe social, é fundamental na inserção dos jovens

no mercado de trabalho. A questão racial no Brasil ainda é muito presente nas relações sócio econômicas. No sistema educacional brasileiro o preconceito continua sendo muito preocupante, o governo e as universidades vem implementando políticas como o objetivo de diminuir a diferença entre os jovens negros e não negros, porem essas ações vem mostrando resultado muito inferiores aos esperados e consequentemente em uma continuidade nas diferenças de raças.

Em relação aos avanços dos direitos alcançados pelos trabalhadores no mercado de trabalho, esses direitos não surgem muito efeito em relação a essa parcela da população. Além disso, Silva, Silva e Rosa (2009) destacam o nível de escolaridade muito inferior aos demais indivíduos e a maior vulnerabilidade a violência por parte dos jovens negros, então esses acabam permanecendo em condições menos favoráveis do que em relação aos jovens não-negros.

#### *Políticas públicas voltadas aos jovens*

A parcela jovem da população brasileira vem conquistando grande destaque político e social, e tendo em vista as grandes dificuldades encontradas na inserção desses jovens na economia brasileira, principalmente a parcela mais humilde dessa população, os órgãos governamentais se deparam com um grande desafio para suprir necessidades básicas desse segmento, como o grau e qualidade da escolaridade e auxílio nos meios de inserção no mercado de trabalho.

O governo vem buscando atingir esses objetivos por meio de algumas políticas públicas, como destacam Lima, Silva e Silva (2015) os órgãos públicos brasileiros tem como objetivo assegurar a conclusão do ensino básico e médio dos brasileiros, pois devido a necessidade de suprir as suas demandas e das suas famílias, precisam abandonar a sua vida acadêmica para entrar arranjar um trabalho, resultando em cargos de baixa qualificação, com alta instabilidade e sem progresso definido. Também sendo um dos principais focos das políticas públicas está a oportunidade antes muito distante de se cursar um ensino superior, principalmente para os jovens mais marginalizados na sociedade, como os não brancos e mulheres.

Um dos principais passos dado pelo governo brasileiro em prol da população mais jovem foi a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), o Conselho tem como principal objetivo desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e formular as políticas públicas que devem ser adotadas para um melhor desenvolvimento dos jovens brasileiros (BRASIL, 2005). E conjuntamente é criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovens). Sendo estes programas oriundo principalmente desses esforços governamentais.

Porem segundo a grande maioria dos autores, como Pochmann (2007), Guimarães e Almeida (2013), esses esforços governamentais se mostram insuficientes ou mal geridos diante do amplo problema que se tornou a questão socioeconômica dos jovens brasileiros. Apresentando resultados muito abaixo dos esperados ou até mesmo não atingindo os principais segmentos que necessitam urgentemente desse auxílio. Programas esses que não conseguem isolar totalmente os jovens, principalmente os mais pobres, dos principais problemas sociais como a violência, baixa escolaridade, alta rotatividade no mercado de trabalho, e altas taxas de gravidez precoce.

#### **IV. Metodologia**

Os dados utilizados nesta pesquisa foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornecida anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados utilizados correspondem as informações da PNAD de 2001 e 2014. Sendo utilizado apenas os dados referentes as Pessoas e não utilizando os dados referentes a Domicílios.

Separou-se os dados entre jovens (população entre 15 e 29 anos), do meio urbano, que são Economicamente Ativos (EA) e que estão na condição de pobreza (menos de meio salário mínimo per capita), analisando sua inserção no mercado de trabalho formal e informal em 2001 e 2014, analisando as diferenças entre raça, escolaridade e região.

Devido a diferença entre as variáveis fornecidas pela PNAD do ano de 2001 e 2014, foi necessário construir a variável “faixa de renda” para 2001, mensurando-a por meio da divisão entre o “valor do rendimento médio” e o “número de integrantes”. Ressalta-se que o valor do salário mínimo para o corte da linha da pobreza para 2001 correspondeu ao valor vigente da época.

Na análise exploratória dos dados utilizou-se a estatística descritiva, em que, devido o alto número de amostras disponíveis, organizou-as no Excel, criando *dummies* para separar os jovens empregados no mercado formal e informal, e também para separar as amostras por regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), e atribuindo pesos as suas respectivas amostras. Por tanto, utilizou a expansão da amostra da PNAD.

#### **V. Resultados**

Segundo à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, a Taxa de Atividade entre os jovens brasileiros era de 63%, ou seja, de todos os jovens entre 15 a 29 anos de

idade, 63% estavam disponíveis (inseridos ou não) no mercado de trabalho. Já na PNAD de 2014, essa Taxa de Atividade aumentou para 64%. Esse pequeno crescimento não correspondeu a elevação que se teve quando se considera a população total brasileira, a qual em 2001 correspondia a 49%, subindo para 53% em 2014.

O crescimento não tão intenso da população economicamente ativa (PEA) juvenil pode ser consequência do próprio incremento demográfico dessa parcela da população, que foi inferior quando comparado ao total da população brasileira nesse período, conforme destaca Alves e Bruno (2006); Aquino (2009); Camarano, Mello e Canso (2009); Castro e Abramovay (2002). Ademais, os dados do censo 2000 e 2010 corroboram com os argumentos desses autores, apresentando uma taxa de crescimento de 12% para a população total e de apenas 9% para a jovem. Mas pode também representar um aumento nas dificuldades dos jovens mais pobres na inserção no mercado de trabalho, oriundos no aumento da taxa de violência e do baixo grau de escolaridade que ainda persiste nesse segmento da sociedade.

E dentre o universo dos jovens, o segmento que se enquadra na condição de pobreza apresentou uma particularidade, com um decréscimo da PEA. Conforme dados da tabela 1, observa-se uma queda no percentual dos jovens pobres que são economicamente ativos, caindo de 50% para 45%. Tal fato pode decorrer das próprias políticas sociais que foram implantadas e, de certa maneira, influenciaram esse resultado. Exemplo disso é o Programa Bolsa Família, em que uma das condicionalidades é a permanência dos filhos na escola até os 17 anos de idade (BRASIL, 2004). Além disso, conforme relata Lima, Silva e Silva (2015), inúmeros programas sociais do governo federal com foco nos jovens foram implantados entre 2000 e 2010, como: Programa Universidade para todos (PROUNI); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVENS); Brasil Alfabetizado (com foco em juventude); Projeto Rondon; etc.

Essa faixa etária que entra nos critérios do programa Bolsa Família e de outros programas implementados no período, é exatamente a que tem maior dificuldade na inserção de um emprego. Essa dificuldade se destaca principalmente ao fato da baixa experiência e grande rotatividade desses jovens no início da sua carreira profissional. Corroborando com essa ideia tem-se Aquino (2009), Andrade (2008), Cunha, Araújo e Lima (2001), Castro e Abramovay (2002), destacando que esses problemas podem ser consequências da necessidade dos jovens pobres em ter uma inserção precoce no mercado de trabalho, necessitando conciliar os estudos e o trabalho, tornando a situação desses jovens muito mais preocupante em relação a própria situação no seu emprego e principalmente ao seu aprendizado com os estudos que terão uma redução elevada.



Tabela 1: Jovens e população total Economicamente Ativos, urbanos (EA) – Brasil – 2001 e 2014

	Anos	
	2001	2014
Percentual de jovens, EA, menos de meio salário mínimo <i>per capita</i>	50	45
Percentual de jovens economicamente ativos	63	64
Percentual da população total economicamente ativa	49	53

Fonte: Resultado da Pesquisa

Dentre aqueles jovens que se autodeclararam como economicamente ativo, elevou-se sua inserção no mercado de trabalho formal, que em 2001 era de 16,34% e aumentou para 21,65% em 2014 (tabela 2). No entanto, ficou abaixo da variação obtida pelos homens acima de 29 anos. Dentro desse resultado, os jovens do sexo masculino obtiveram um aumento de 6,83 pontos percentuais, tendo uma maior expansão em relação as mulheres jovens, as quais acrescentaram somente 2,97 pontos percentuais.

A menor inserção das mulheres jovens no mercado de trabalho formal em relação aos homens pode ser resultado das maiores taxas de escolaridade das mulheres, que segundo pesquisas estão dedicando maior parte do seu tempo para se prepararem mais para o mercado de trabalho, através do tempo dedicado somente ao estudo. Porém, também pode decorrer da própria estrutura patriarcal das famílias. Conforme destaca Gonzalez (2009), Pinheiro et al. (2016), as mulheres muitas vezes procuram trabalhos mais flexíveis buscando conciliar a sua vida profissional com os afazeres domésticos, se inserindo mais fortemente no mercado informal. No caso das jovens, essa maior informalidade pode estar atrelada a essa característica ou também na dificuldade cultural que as mulheres ainda se defrontam no mercado de trabalho.

Tabela 2: Jovens economicamente ativos (EA), com menos de meio salário mínimo *per capita*, no Mercado formal/informal – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Percentual no Mercado Formal		Percentual no mercado informal	
	2001	2014	2001	2014
Total jovens EA	16,34	21,65	83,66	78,35
Masculino	20,47	27,30	70,53	72,70
Feminino	11,98	14,95	88,02	85,05

Fonte: Resultado da Pesquisa

É importante ressaltar que todos os jovens economicamente ativos que estão na condição de pobreza de todas as raças conseguiram se inserir mais fortemente no mercado de trabalho formal. Tal fato pode decorrer do grande crescimento conjuntural que o Brasil auferiu no começo do século XXI, resultando em mais vagas de trabalho ofertadas para todos os segmentos da sociedade. Porém,

ainda existe uma discrepância nesta inserção conforme a cor, a qual é intensificada dependendo do sexo.

De forma específica, os que mais conseguiram adentrar no mercado formal foram os homens de cor branca, com 30,14% em 2014; para as mulheres, também se teve um cenário mais favorável para as de cor branca, evidenciando a desigualdade que ainda persiste mesmo dentre todos os que estão na condição de pobreza.

Tabela 3: Jovens economicamente ativos (EA), com menos de meio salário mínimo *per capita*, no Mercado formal, por raça – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Raça	Percentual no Mercado Formal	
		2001	2014
Jovem-EA Homem	Branco	24,45	30,64
	Parda	18,16	26,59
	Preto	19,39	23,79
	Amarelo	29,58	9,52
	Outro	37,53	25,71
Jovem-EA Mulher	Branco	15,89	20,01
	Parda	9,43	12,93
	Preto	12,51	13,58
	Amarelo	5,82	0,00
	Outro	00,00	3,06

Fonte: Resultado da Pesquisa

Analisando a escolaridade dos jovens economicamente ativos, pobres, observa-se, na tabela 4, que dentre os que estão no mercado informal nenhuma média chega ao ensino médio completo<sup>1</sup>. A maior escolaridade média foi obtida pelas mulheres no mercado formal, sendo de 10,4 anos, a qual é inferior aos 12 (doze) anos mínimos necessários para a conclusão do ensino médio no Brasil. Isso retrata a precariedade quanto a formação de capital humano dos jovens pobres no Brasil, principalmente dos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Cabe ressaltar que embora ainda sejam baixos esses valores de escolaridade entre os jovens, houve um grande avanço no decorrer dos anos de 2000, fruto de oportunidades proporcionadas por alguns programas adotados pelo Poder Público, alguns movimentos sociais, partidos políticos, e algumas Organizações Não Governamentais (ONGS), focados nesse problema, como por exemplo, Bolsa

1 Segundo o IBGE seria o “ensino fundamental (1º Grau) com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade. É obrigação do Estado garantir a universalidade da educação neste nível de ensino. (Art. 32 da LDB)”. Mais “Ensino médio e médio profissionalizante. Etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos (Art. 35 da LDB);”. Que totalizaria o ensino médio completo com no mínimo 12 (doze) anos de estudos.

Família, Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Universidade para Todos (PROUNI), ProJovem Integrado<sup>2</sup>, etc.

Porém, segundo Pochmann (2004, 2007) e Gonzalez (2009, p. 112), esse aumento da escolaridade média dos jovens não significa um adiamento ou um melhor preparo para a inserção no mercado de trabalho, e sim uma ampliação da “simultaneidade de escola e trabalho”. E conseqüentemente uma maior instabilidade desses jovens no mercado. Tais inferência se assemelham aos argumentos de Carvalho (2004, p. 9), o qual destaca que a “grande defasagem entre idade e série escolar”, propiciando ainda mais essa simultaneidade. Instabilidade essa que também é conseqüência da pior qualidade de ensino e aprendizagem dos jovens brasileiros.

Também se observa uma maior escolaridade média das mulheres em relação aos homens em todos os segmentos, resultado compatível com pesquisas já realizadas na área. No entanto, isso não significa uma melhor colocação dessas no mercado de trabalho, devido a desigualdade que existe entre homens e mulheres ao longo do contexto econômico e social cultural e que ainda insistem em persistir nos tempos atuais.

Tabela 4: Jovens economicamente ativos (EA), com menos de meio salário mínimo *per capita*, no Mercado formal/informal, por escolaridade e raça – Brasil – 2001 e 2014

Gênero	Raça	Escolaridade média – Mercado formal		Escolaridade média – Mercado informal	
		2001	2014	2001	2014
Jovem-EA Homem	Branco	8,06	10,09	7,18	9,04
	Parda	7,45	9,53	6,37	8,58
	Preto	7,39	9,20	6,40	8,39
	Amarelo	6,00	12,0	7,36	6,86
	Outro	6,80	9,22	4,90	7,78
	Media	7,14	10,01	6,44	8,13
Jovem-EA Mulher	Branco	9,46	11,14	8,13	10,12
	Parda	8,75	10,69	7,25	9,79
	Preto	8,23	11,32	7,25	9,79
	Amarelo	8,00	0,0	6,18	10,50
	Outro	0,0	7,0	7,10	9,72
	Média	8,61	10,04	7,18	9,98

Fonte: Resultado da Pesquisa

Pode-se observar na tabela 5 a grande presença desses jovens no mercado informal por regiões, sendo o Centro-Oeste e o Sudeste as regiões que apresentaram a maior redução de 2001

2 “O novo ProJovem ou ProJovem Integrado é o resultado da unificação de seis programas já existentes – ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadão.” (SILVA e ANDRADE, 2009, p. 53).

para 2014. Percebe-se que a informalidade é significativa no Norte e Nordeste, com uma ênfase alta para a mulher.

Assim, ser mulher, não branca, da região Norte e Nordeste, são características bastante forte entre os jovens pobres que estavam no mercado informal brasileiro.

Tabela 5: Jovem EA, com menos de meio salário mínimo *per capita*, no Mercado informal – Regiões Brasileiras – 2001 e 2014

Gênero	Raça	Percentual no Mercado informal	
		2001	2014
Jovem-EA Homem	Norte	80,98	78,34
	Nordeste	83,78	75,65
	Sudeste	77,04	67,12
	Sul	70,33	68,00
	Centro	74,44	62,84
	Oeste		
Jovem-EA Mulher	Norte	91,41	88,50
	Nordeste	90,72	88,12
	Sudeste	85,54	81,12
	Sul	82,68	80,91
	Centro	86,11	76,10
	Oeste		
Total Jovem EA	Norte	85,70	82,45
	Nordeste	87,11	81,32
	Sudeste	81,39	73,88
	Sul	75,90	74,02
	Centro	80,28	69,05
	Oeste		

Fonte: Resultado da Pesquisa

## VI. Considerações finais

Vem sendo reconhecido nas últimas décadas a grande necessidade dos jovens pobres brasileiros em ter acesso a uma educação de maior qualidade e um auxílio de órgãos públicos na sua inserção no mercado de trabalho. Isso decorre especialmente das grandes dificuldades que os gargalos socioeconômicos e culturais depositam sobre essa parcela da população. Gargalos estes que são observados principalmente na baixa qualificação educacional, baixa escolaridade, baixa experiência, conjuntura econômica, alto índice de violência e preconceito.

Com efeito, a baixa experiência profissional e baixa escolaridade apresentam-se, conforme relata a literatura da área, como as principais barreiras à inserção dos jovens mais humildes no mercado de trabalho. Pode-se observar do ano 2001 para o ano de 2014 uma pequena melhora no percentual referente a inserção no mercado de trabalho formal e também um pequeno aumento médio na escolaridade dessa parcela da população. No entanto, se está longe de ser o ideal. A escolaridade média ainda não conseguiu atingir o nível do ensino médio completo, representando ainda uma educação de qualidade muito baixa.

Educação essa que pode ser o principal meio para mudar a realidade desses jovens. Mesmo percebendo algumas medidas por parte do estado, por meio de políticas públicas, se constata a ineficiência das mesmas em alcançar os seus objetivos, apresentando resultados abaixo do esperado. O estado deve se concentrar mais nessa parcela da população, planejar melhor as suas políticas para melhorar a qualidade educacional e aumentar a permanência dos jovens nas instituições de ensino. Também promover políticas públicas e ações governamentais para diminuir as desigualdades de gênero e raciais que ainda se mostram muito expressivas no cotidiano desses jovens.

O governo também pode influenciar diretamente a inserção desses jovens no mercado de trabalho proporcionando a eles uma melhor qualidade de vida, através do oferecimento de condições melhores a eles e suas famílias, como por exemplo, um sistema de saúde melhor, diminuindo os elevados índices de violência através de uma segurança pública eficiente, fazendo com que os jovens consigam priorizar a sua formação acadêmica e se preparar melhor para o mercado de trabalho. Resultando em uma escolha menos impulsiva e mais estável da sua carreira profissional.

Portanto, é necessário um olhar mais acurado para o segmento jovem brasileiro, em especial, o pobre, com um cuidado maior para os que se localizam na região Norte/Nordeste, além de se promover políticas inclusivas para as jovens, e para os de cor/raça não branco.

## VII. Referências Bibliográficas

ABRAMO, L. W.; **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 15, 2006, Caxambu. Anais. Campinas, Caxambu: ABEP, 2006.

ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. In: Ipea, mercado de trabalho, nov. 2008.

AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. B. AQUINO, L. M. C. e ANDRADE, C. C. **Juventude de Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 23-39.

**BRASIL**. 2004. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm).

**BRASIL.** 2005. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm).

**BRASIL.** 2013. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm).

CAMARANO, A. A. KANSO, S. MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta e Transição.** Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 95-136.

CAMARANO, A. A. MELLO, J. L. KANSO, S. Um Olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. B. AQUINO, L. M. C. e ANDRADE, C. C. **Juventude de Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 72-88.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil:** concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas. Disponível em:< <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CASTRO, M. G. ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cad. Pesqui.** n.116, São Paulo, jul. 2002. p.143-176. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200007>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CUNHA, D. A. ARAÚJO, A. A. LIMA, J. E. *Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano.* In: **Revista de economia e agronegócio**, Vol. 9, Nº 3. p. 369-391.

CRUZ, L. C. R. SOUZA, M. R. SOUZA, P. C. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho.** Coordenação de Nícia Raies Moreira de Souza. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2001.

LIMA, E. R. S. SILVA, F. N. SILVA, L. L. S. Educação profissional para jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. In: **HOLOS**, Ano 31, Vol. 4. 2015. p. 119-129.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, J. B. AQUINO, L. M. C. e ANDRADE, C. C. **Juventude de Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 111-128.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. BRANCO, P. P. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo, Instituto da Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo. 2005. p. (149-174).

GUIMARÃES, A.; ALMEIDA, M. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de administração pública**, v.8, n.2, 2013.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública**. vol.45, n.5, Rio de Janeiro Set./Out. 2001. pp.1517-1538. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012>>. Acesso em 25 out. 2016.

PEREIRA, Andréa Renê. [S.I.]. **Evolução do trabalho e o trabalho em tempos globalizados**. Disponível em:<<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/andrearenepereira.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

PINHEIRO, Luana Simões et al. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Nota técnica n. 24. Brasília: IPEA, 2016.

PNAD. **Pesquisa básica**. 2014. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000200005>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho do Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007.

ROSSATO, Ermelio. [S.I.]. **As transformações no mundo do trabalho**. Disponível em:<<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2001/36/transformacoes.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SILVA, A. SILVA, J. ROSA, W. Juventude negra e educação superior. In: CASTRO, J. B. AQUINO, L. M. C. e ANDRADE, C. C. **Juventude de Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 261-290.